



TEMA: A

Residências em Arquitetura e Urbanismo: Construindo uma política pública nacional de acesso à moradia e à cidade



Autor 1^a



Autor 2^b



Autor 3^c



Autor 4^d



Autor 5^e

^a Nirce Saffer Medvedovski, (Arquiteta e Urbanista, Universidade Federal de Pelotas, nirce.sul@gmail.com)

^b Maria Inês Sugai (Arquiteta e Urbanista, Universidade Federal de Santa Catarina, misugai2@gmail.com)

^c Samuel Steiner dos Santos (Arquiteto e Urbanista, Universidade Federal de Santa Catarina, samuel.steiner@gmail.com)

^d Luísa de Azevedo dos Santos (Arquiteta e Urbanista, Universidade Federal de Pelotas, arqluisa.azevedo@gmail.com)

^e Luana Helena Loureiro Alves dos Santos (Arquiteta e Urbanista, Universidade Federal de Pelotas, lualoureiroo@gmail.com)

Resumo:

A Lei Federal nº 11.888 (BRASIL, 2008) assegura o serviço gratuito de arquitetura, urbanismo e engenharia para habitação de interesse social, tendo como um de seus fundamentos o direito à moradia e à cidade, conforme expresso na Constituição Federal Brasileira. Conhecida como Lei de Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social (Lei de ATHIS), destina-se a regulamentar a elaboração de projetos, acompanhamento e execução de obras necessárias para a edificação, a reforma, a ampliação ou a regularização fundiária de moradias e territórios de famílias com renda de até três salários mínimos. No Brasil, historicamente a habitação não faz parte da remuneração da força de trabalho, o que resulta, além do déficit quantitativo de 6,2 milhões de unidades, e um déficit qualitativo de 26 milhões de moradias, representando 41,2% dos domicílios urbanos duráveis, segundo a Fundação João Pinheiro para dados de 2022. O artigo relata criticamente o atual momento do esforço nacional de implementar um sistema de capacitação de profissionais através da experiência prática assistida, à semelhança das Residências da área da Saúde. Inicia com a aprovação e a busca de implementação da Lei de ATHIS, do estabelecimento da Residência pioneira na Universidade Federal da Bahia e suas Residências Associadas e apresenta o caso ora em implementação na Universidade Federal de Santa Catarina. Esta é uma das 5 universidades públicas participantes de um convênio com a Secretaria das Periferias do Ministério das Cidades para um projeto piloto de uma política pública nacional e



continuada no contexto do governo Lula da Silva que teve início em 2023. O objetivo do curso em implementação na UFSC é qualificar profissionais a partir de uma metodologia participativa e integrada, com enfoque nas demandas sociais relativas ao direito à habitação e à cidade, articulando as dimensões histórica, cultural e simbólica das comunidades, para atuação em ATHIS. Esta é aqui compreendida de modo amplo, com a qualificação das moradias associada à regularização fundiária, provisão de infraestruturas, equipamentos coletivos e espaços livres, que venham trazer melhorias para o lugar de vida das populações de baixa renda, buscando desencadear um efeito sistêmico sobre os territórios de atuação, possibilitando a criação de espaços catalisadores de oportunidades de geração de emprego, renda e emancipação comunitária. Com um total de 27 ingressos em março de 2022, o curso conta com recursos federais para bolsas para uma turma de 20 residentes que dedicam um turno semanal para atividade no posto territorial estabelecido junto à comunidade. Todos alunos participam de aulas teórico-práticas e sua estrutura compreende duas frentes principais de trabalho: Melhorias Habitacionais e Plano Urbanístico Comunitário. O Convênio Periferia Viva contempla também recursos para desenvolver: (a) plano para o território periférico; (b) projeto básico necessário para a intervenção de urbanização do assentamento precário; e (c) micro intervenção para execução de urbanismo tático. Os projetos executivos serão terceirizados e entregues para o poder municipal solicitar recursos para o PAC – Programa de Aceleração do Crescimento para sua efetivação. Cada universidade participante tem autonomia para o desenvolvimento de seu projeto político-pedagógico, pressuposto necessário frente a suas trajetórias e a diversidade e dimensão territorial do país. O compartilhamento e avaliação das experiências das cinco Residências e a troca entre os diversos atores é pressuposto e condição para o estabelecimento de um programa nacional, efetivo e permanente. Conclui sobre a forte relação entre a possibilidade de estabelecimento das Residências em ATHIS e o histórico de atuação na graduação, e mais recentemente na pós-graduação, em projetos de extensão de cunho participativo, voltados para o atendimento das comunidades em fragilidade socioambiental, bem como na importância de uma rede de compartilhamento e multiplicação entre as universidades públicas das experiências das residências em curso para uma efetiva política pública de assistência técnica.

Palavras-chave: Residência em Arquitetura e Urbanismo; Assessoria Técnica; Assistência Técnica.

1. Introdução

No Brasil, o processo de industrialização ocorre baseado em baixos salários ou na superexploração do trabalho, sendo que historicamente a habitação não faz parte da remuneração da força de trabalho^[1]. A população busca soluções de moradia através da autoconstrução numa situação de precariedade edilícia, de inadequação ou inexistência de infraestrutura urbana e de inadequação fundiária, assim como o déficit se apresenta no elevado endividamento das famílias com o aluguel, na coabitacão ou



na precariedade habitacional dos domicílios rústicos ou improvisados. O déficit habitacional no Brasil é um problema complexo que vai além da simples falta de moradias. Para entender a situação do país, é essencial reconhecer que o déficit habitacional não se resume ao número de unidades que precisam ser construídas, normalmente denominado de déficit quantitativo, sendo necessário considerar a dinâmica contínua das necessidades habitacionais e as inadequações domiciliares, englobando também o déficit qualitativo^[2].

1.1. Componentes da inadequação habitacional: o déficit qualitativo

Em 2023, a Fundação João Pinheiro, divulgou o relatório que apresenta os resultados do déficit habitacional e da inadequação de domicílios para 2022, retomando a série – iniciada em 2016 – de divulgação anuais dos indicadores habitacionais após dois anos de interrupção decorrente da pandemia de Covid-19.

A inadequação habitacional refere-se a situações em que as condições das moradias não atendem aos padrões mínimos de qualidade e segurança, comprometendo a saúde e o bem-estar dos moradores, representando o déficit qualitativo. Em 2022, estimou-se que 26.510.673 domicílios brasileiros possuíam algum tipo de inadequação, representando 41,2% dos domicílios urbanos duráveis. As regiões Nordeste e Sudeste foram as principais contribuintes, cada uma com cerca de oito milhões de domicílios inadequados^[3]. Este conceito considera três componentes: inadequação de infraestrutura urbana, inadequação edilícia e inadequação fundiária^[4].

Inadequação de Infraestrutura Urbana: Inclui abastecimento de água, esgotamento sanitário, coleta de lixo e energia elétrica. Em 2022, 15.502.453 domicílios apresentaram inadequação em pelo menos um desses subcomponentes, representando 24% dos domicílios duráveis ocupados em áreas urbanas no Brasil.

Inadequação Edilícia: Abrange armazenamento de água, número de cômodos igual ao número de dormitórios (exceto banheiros), cobertura inadequada, ausência de banheiro exclusivo e piso inadequado. Em 2022, 12.272.510 domicílios foram afetados por esse tipo de inadequação, correspondendo a 19,1% dos domicílios duráveis urbanos. O subcomponente mais observado foi a falta de armazenamento de água, com mais de nove milhões de domicílios sem caixa d'água, representando 14,5% do total de domicílios duráveis urbanos.

Inadequação Fundiária: Refere-se à situação em que pelo menos um dos ocupantes do domicílio detém a propriedade da moradia, mas não do terreno onde está localizada. Em 2022, 3.183.744 domicílios estavam nessa situação, com a maioria localizada nas regiões metropolitanas. Este foi o único componente de inadequação observado em 2.172.303 domicílios, embora 1.011.441 desses também apresentassem outros tipos de inadequação^[5]. O déficit qualitativo encontra-se concentrado na faixa de renda bruta familiar mensal de até 2 SM, com a constatação da participação maior desta faixa de renda nas regiões Norte e Nordeste em comparação com as demais regiões. A informação é para a Faixa 1 do MCMV, correspondendo aos domicílios com renda bruta familiar mensal de até R\$2.640,00, correspondendo a dois salários mínimos.

1.2. Componentes do Déficit quantitativo e o Programa "Minha Casa Minha Vida"

O déficit habitacional quantitativo representa o número de novas moradias que precisam ser construídas para suprir as demandas acumuladas em todo o país. Esse cálculo inclui residências localizadas em construções improvisadas ou precárias em termos físicos,



além de domicílios ocupados por famílias coabitantes e aqueles que enfrentam um ônus excessivo com aluguel^[2]. Esses parâmetros em números são:

Domicílios Improvisados ou Rústicos: Referem-se aos domicílios construídos com materiais inadequados ou improvisados, considerados impróprios para habitação humana. Em 2022, o Brasil registrou 1,6 milhão de domicílios nesta categoria.

Coabitação Familiar: Representa as famílias que vivem em coabitação involuntária, ou seja, compartilham a mesma residência com outras famílias por falta de opções habitacionais adequadas. No ano de 2022, 1,2 milhões de famílias estavam em coabitação involuntária.

Domicílios Locados com Ônus Excessivo: Esta categoria abrange famílias que destinam mais de 30% de sua renda mensal ao pagamento de aluguel, caracterizando uma sobrecarga financeira significativa. Em 2022, 3,2 milhões de famílias encontravam-se nesta situação^[6].

O programa "Minha Casa Minha Vida", está atrelado a estes números. Ele foi retomado pelo atual presidente Luiz Inácio Lula da Silva e tem como meta contratar 600.000 novas unidades habitacionais até o final de 2024 e 2 milhões até 2026. Desde sua criação em 2009, o programa entregou 1,5 milhão de moradias na faixa 1, subsidiadas de forma integral pela União, e 5,8 milhões de unidades habitacionais financiadas ou entregues através da modalidade do FGTS^[7]. É importante ressaltar que a Faixa 1 do PMCMV representa a maior porcentagem referente ao déficit habitacional brasileiro. A participação no país como um todo é de 74,5%, mas essa participação chega a 83,3% para a região Nordeste.

O Programa Minha Casa Minha Vida - PMCMV do governo federal visa reduzir o déficit habitacional, proporcionando moradias a preços acessíveis para a população de baixa renda. O programa é dividido em diferentes faixas de renda, com subsídios variáveis, o que permite que famílias com diferentes capacidades financeiras possam ser contempladas. Desde sua criação, o MCMV tem contribuído significativamente para a redução do déficit habitacional quantitativo no Brasil. A entrega de mais de 7 milhões de unidades habitacionais representa um avanço importante^[8].

Um dos principais desafios é que o programa tem se voltado cada vez mais ao mercado. Isso pode limitar o acesso das famílias mais vulneráveis, que necessitam de maior subsídio e suporte. Além disso, quase metade dos domicílios urbanos duráveis apresentam inadequações. Problemas como falta de infraestrutura básica, segurança estrutural e salubridade são comuns. Isso evidencia que apenas a criação de novas moradias não irá solucionar o problema atual do déficit habitacional brasileiro. A aplicação da assistência técnica é necessária para garantir a adequação das moradias. A implementação de mais programas de capacitação, como as Residências em Arquitetura e Urbanismo, e suporte técnico para as famílias poderiam ajudar a mitigar as inadequações e melhorar a qualidade de vida dos beneficiários.

Para enfrentar esses desafios, é importante implementar e reforçar políticas de assistência técnica que possam ajudar na construção e manutenção de moradias adequadas. Isso inclui desde a orientação na construção até melhorias nas infraestruturas existentes. Além disso, a utilização de novas tecnologias e métodos construtivos mais duráveis na construção civil pode reduzir custos e aumentar a eficiência na entrega das moradias.

O programa "Minha Casa Minha Vida" desempenha um papel importante na diminuição do déficit habitacional no Brasil. No entanto, para alcançar seus objetivos plenamente, é essencial que o programa continue a evoluir e funcione de forma integrada com as políticas de assistência técnica. Novos programas estão sendo construídos pelo Ministério das Cidades, como o Programa Periferia Viva, que dialoga com a assistência técnica, abrindo novas dinâmicas de interação com as comunidades.



2. Direito à cidade e a habitação - origens da assistência técnica gratuita

Em relação à estruturação e ampliação das políticas urbanas no Brasil, é necessária a análise da promulgação da Constituição de 1988 e seu capítulo II, dedicado à política urbana. Nossa Constituição está inserida no contexto de redemocratização do Estado brasileiro, o qual passou por três décadas em um regime militar. Tal período também é marcado pela crescente urbanização das cidades brasileiras, as quais têm agravadas suas condições de desigualdade. Ao mesmo tempo, essa condição foi propulsora para a articulação das lutas responsáveis pela formação de muitos movimentos sociais, relacionados diretamente à luta pela redemocratização e articulados pela causa urbana através da Emenda Popular da Reforma Urbana. Essa emenda foi levada à Assembleia Nacional Constituinte de 1986 e tem influência direta na formação do capítulo da Constituição sobre políticas urbanas^[9].

Através dos artigos 182 e 183 da Constituição, são estabelecidos a função social da propriedade, o direito de moradia e o interesse público regulamentados através do Estatuto da Cidade, que tramitava no congresso desde a década de 80. A partir do Estatuto da Cidade, Lei nº 10.257 de 2001, ampliam-se as formas participativas e de controle social sobre as políticas que regulam a urbanização e é então inaugurado com um texto que incita o direito à cidade. Em meio às políticas públicas voltadas para habitação de interesse social surgidas nos anos 2000, ainda mais com o Ministério das Cidades e o Plano Nacional de Habitação envolvidos nesse contexto social, acabou sendo oportuno dar início à tramitação de um Projeto de Lei sobre a Assistência Técnica^[10].

Através do Art.º 4º do Estatuto da Cidade, que fala dos instrumentos da política urbana, temos um aparato legal, que então cria condições políticas e sociais para um Programa já pensado e estruturado em 1977, o Programa ATME - Assistência Técnica à Moradia Econômica^[11].

Art. 4º Para os fins desta Lei, serão utilizados, entre outros instrumentos:

V – Institutos jurídicos e políticos:

r) assistência técnica e jurídica gratuita para as comunidades e grupos sociais menos favorecidos.

Outro fato relevante é a criação do Ministério das Cidades, em 2003, que unificou em uma única pasta os assuntos essenciais sobre o espaço urbano, como moradia, saneamento, transporte e mobilidade, prometendo uma melhor relação entre as áreas complementares do planejamento urbano. Ainda na primeira década do presente século, outras construções seriam feitas visando consolidar a política das cidades. A Política Nacional de Desenvolvimento Urbano (PNDU), com seu caráter histórico e processual, baseado no Fórum Nacional pela Reforma Urbana (FNRU) de 2005, traz mais aperto sobre a possibilidade de diálogo com movimentos sociais e sociedade, através das Conferências das Cidades ou Conselhos das Cidades. Além das políticas de caráter urbanístico, são articuladas importantes regulamentações para tratar da questão da habitação. Surge, assim, o Sistema Nacional de Habitação e Interesse Popular (Lei 11.124/2005), do qual foi instituído o Sistema e o Fundo Nacional de Habitação e Interesse Social (SNHIS/FNHIS) e um Conselho Gestor, a fim de solidificar a essa política para promoção habitacional no país.

Dentro desse contexto de conquistas legais temos a aprovação da Lei de Assistência Técnica, que percorreu 31 anos, desde sua estruturação partindo do Programa ATME,



transitando pelo primeiro projeto de Lei nº 6.223 de 2002 através do Arquiteto e Urbanista e Deputado Federal pelo estado do Rio Grande do Sul, Clóvis Ilgenfritz da Silva, e pelo projeto de Lei nº 6.981 de 2006, através de outro Arquiteto e Urbanista, José Eduardo Vieira, deputado pelo estado da Bahia. Vale ressaltar que entre o período de 2002 até a aprovação da lei em 2008, algumas mudanças no projeto de lei aconteceram, sendo provenientes de debates sobre a Assistência Técnica ocorridos no Brasil, como Fórum Social Mundial (Porto Alegre/RS) e o Seminário Nacional (Campo Grande/MS), denominado Assistência Técnica, um direito de todos: construindo uma política nacional, ocorridos em 2005, com a participação de jovens estudantes, profissionais e protagonistas da discussão desde 1970, que resumiram os anseios pela arquitetura e engenharias públicas de uma forma coletiva^[12].

Com a aprovação da Lei de Assistência Técnica, garantiram-se formas de prestação dos serviços conforme descrito em seu Art 4º, podendo serem prestados por profissionais das áreas de arquitetura, urbanismo e engenharia que atuem como: I - servidores públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios; II - integrantes de equipes de organizações não-governamentais sem fins lucrativos; III - profissionais inscritos em programas de residência acadêmica em arquitetura, urbanismo ou engenharia ou em programas de extensão universitária, por meio de escritórios-modelos ou escritórios públicos com atuação na área; IV - profissionais autônomos ou integrantes de equipes de pessoas jurídicas, previamente credenciados, selecionados e contratados pela União, Estado, Distrito Federal ou Município^[13].

3. Assistência e assessorias técnicas e a proposta das residências em ATHIS

Os problemas relacionados à habitação no Brasil começam a ser abordados como um tema de política social desde 1940/1950, mesmo não existindo uma política com alcance nacional, ocorrendo uma intensa crise habitacional agravada a partir de 1960 dentro do contexto de industrialização e imigração aliadas a falta de políticas públicas eficazes^[14]. Em paralelo a produção de moradias executadas dentro da lógica do racionalismo formal, com projetos descontextualizados da vida cotidiana das populações, temos uma das primeiras assessorias técnicas realizadas no Brasil, pelo ainda estudante de arquitetura Carlos Nelson dos Santos, realizando na Favela Brás de Pina (RJ) um projeto participativo, que acaba inspirando outras iniciativas nesse formato. Neste período, novos rumos à política habitacional e urbana começam a tomar forma, com os arquitetos dialogando com o governo federal, colaborando com o desenvolvimento das políticas públicas, tendo em vista o pensamento e preocupações considerando aspectos qualitativos e quantitativos nas moradias, existindo uma atenção para que a Assistência Técnica fosse realizada no planejamento territorial e habitacional. A exemplo disso, temos através do IAB o Seminário de Habitação e Reforma Urbana (SHRU), conhecido como “Seminário do Quitandinha”, realizado em 1963, colaborando com a criação de plano, conselho e fundo de habitação (Ribeiro e Pontual, 2009) e a busca por exemplos de sistemas locais auto governados, como no Uruguai, com as Cooperativas Uruguaias e os Institutos de Assistência Técnica^[15].

De fato, as assessorias começam a ganhar força no Brasil nos anos 80/90, visto que os movimentos sociais surgem ao final da década de 1970, ocorrendo reivindicação de moradia urbana, através da luta popular. Neste período, surgem os Laboratórios de Habitação nos cursos de arquitetura, onde temos o “*início da prática de estudantes e professores na prestação de serviços à comunidade*”^[16]. Passamos então a ter a assistência técnica permeando as escolas de arquitetura e seus laboratórios e projetos



de extensão, posteriormente influenciando a criação dos Escritórios Modelo de Arquitetura e Urbanismo, aliando o conhecimento acadêmico aos anseios da população^[12].

Visando ampliar a atuação no campo acadêmico, dentro desse contexto de projetos extensionistas, conforme a Lei de ATHIS estabelece, se dá a criação da proposta de Residência na Universidade Federal da Bahia (UFBA), um formato similar ao da atuação dos profissionais residentes da área da saúde, possuindo inclusive uma relação intrínseca com a questão da saúde pública. Assim, a arquiteta e urbanista Ângela Gordilho, idealizadora e coordenadora do curso de Especialização em Assistência Técnica, Habitação e Direito à Cidade, denominado Residência Acadêmica em Arquitetura, Urbanismo e Engenharia (RAU+E), atribui o impulso de sua criação na inspiração da prática das áreas médicas e de saúde já consolidadas, no âmbito da pós-graduação lato sensu^[17]. A criação das Residências em AU advém da necessidade da capacitação dos profissionais de Arquitetura e Urbanismo para atuarem nos territórios urbanos informais, ocupados pelas camadas mais pobres da população, tendo em vista que a formação acadêmica apresenta uma lacuna na capacitação de profissionais para atuarem fora do mercado formal. Dados de 2015 do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil trazem que 85% das reformas e construções realizadas no Brasil são feitas sem auxílio técnico de arquitetos e engenheiros, fato que deflagra a política de fomento com 2% da arrecadação do CAU para implementação da assistência técnica em habitação de interesse social no país.

A proposta de implantação da Residência na UFBA, foi pioneira, sendo viabilizada em 2011, respaldada na Lei Federal de ATHIS 11.888/2008, artigo 4º, inciso III, podendo ser prestada por profissionais inscritos em programas de residência acadêmica em arquitetura, urbanismo ou engenharia ou em programas de extensão universitária, por meio de escritórios-modelos ou escritórios públicos com atuação na área^[13].

Com sua primeira edição ocorrida no ano de 2013, o curso vem em uma caminhada com quatro edições completas e com a quinta em andamento. Além de possuir uma estrutura bastante inovadora para os moldes de pós-graduação, a proposta expandiu-se através de parcerias com outras universidades, batizadas de nucleações. A busca por parcerias, as Nucleações, surge como forma de ampliar e fortalecer a Residência, contribuindo na participação, compreensão e estruturação de novos cursos, formando uma rede de ensino e prática colaborativa, fomentando a área de atuação da assistência técnica, com muitos projetos e várias nucleações em outras universidades federais, como a UFPB, UNB, UFPel, UFC, UFSE, UFS e UFRN.

Com foco em atividades de ensino-pesquisa-extensão, o curso vem demonstrando a viabilidade de capacitação de profissionais para assessoria técnica, em grande escala, atuando na prática de projetos participativos em territórios segregados, auto construídos precariamente, com habitabilidade inadequada e que possuem riscos recorrentes. Historicamente o acesso adequado à habitação para grande parte da população não acontece, assim como as políticas voltadas prioritariamente para incentivar o mercado imobiliário, as quais não deram conta das demandas sociais, tampouco da qualificação do ambiente construído nas periferias urbanas.

Por isso, o desafio histórico é imenso e o papel extensionista das universidades se torna fundamental nesse campo de atuação pelas possibilidades de soluções compartilhadas e pela mediação e realização de tecnologias sociais próprias e inovadoras. Uma condição essencial na renovação do conhecimento e na formação profissional para a produção e melhoria de habitação adequada, além da colaboração com cidades mais sustentáveis^[18].



3.1. Breve histórico de experiências no tema da Residência em ATHIS na UFPEL

Com o estabelecimento da Lei nº 11.888 de 2008 que assegura o direito das famílias de baixa renda à assistência técnica pública e gratuita para o projeto e a construção de habitação de interesse social - como parte integrante do direito social à moradia-, o ensino superior teve que se questionar sobre o seu papel para sua efetivação. Ou seja, como formamos profissionais com as competências necessárias para a plena aplicação desta Lei? Como será essa prática dentro das diversas modalidades que ela apresenta? Que exemplos de atuação podemos trazer aos nossos acadêmicos dos cursos de Arquitetura e Urbanismo? E os nossos egressos, quais as oportunidades de atualização que se fazem necessárias? Quais as questões éticas e qual o conceito de responsabilidade social da universidade que estaremos trabalhando? Qual a real abrangência dessa legislação, se queremos avançar e implementar uma visão de trabalho interdisciplinar numa residência multiprofissional, à semelhança com a área da Saúde?

Na busca de respostas para essas questões o Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo (PROGRAU) da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAURB) da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL) realizou no ano de 2017 o Ciclo de Capacitação sobre Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social (Ciclo CAAT), juntamente com o Núcleo de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo (NAURB/FAURB), ambos coordenados pela Profa. Nirce Saffer Medvedovski. O ciclo voltava-se para os alunos do mestrado e da graduação e logo, numa confluência de interesses, a aluna de mestrado Luísa de Azevedo dos Santos se propôe a refletir sobre as diversas modalidades de atuação profissional proposta pela Lei 11.888/08 e desenvolver sua dissertação de mestrado sobre o tema^[12]. Incrementando ainda mais essa confluência, no mesmo ano, a Profa. Angela Gordilho, uma das palestrantes do Ciclo CAAT, convida o PROGRAU a integrar a rede de faculdades nucleadas à Residência Acadêmica da UFBA, que se iniciara em 2016 por sua iniciativa.

Sob a forma de um curso de especialização, esta proposta estava pautada na Lei Federal No. 11.888, de 24 de dezembro de 2008, e tinha como objetivo geral “Viabilizar capacitação profissional e cidadã para assistência técnica em Arquitetura, Urbanismo e Engenharia, voltada para comunidades carentes e municípios aderentes, como atividade integrada de ensino, pesquisa e extensão, de forma participativa e pluridisciplinar, para implementação de projetos inovadores nestas áreas de atuação, contribuindo para melhor qualidade de moradia e inclusão social”^[19].

O convite consolidava parcerias antigas entre os dois programas de pós e, principalmente, a preocupação da academia com o tema da habitação social. A busca por parcerias, as Nucleações, surge como forma de ampliação e fortalecimento da pioneira Residência da UFBA, auxiliando na participação, compreensão e estruturação de novos cursos, criando uma rede de ensino e prática colaborativa, fomentando esta área de atuação e a assistência técnica.

A Nucleação de Pelotas/RS, surge da vontade e necessidade da comunidade acadêmica da FAURB/UFPEL de ampliar o ensino na área acreditando na troca mútua de saberes. A parceria ocorre com a inserção de três professores do Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo (PROGRAU) no colegiado da sede “como “professores nucleados” da RAU+E/UFBA e abertura de três vagas para os alunos . Na nucleação as residentes nucleadas realizam a etapa prática em sua cidade (Pelotas), realizando somente a primeira etapa, a teórica, na RAU+E/UFBA (Salvador). Os quatro meses de aulas teóricas serviram como base para elaboração do plano de trabalho, a assistência técnica e o desenvolvimento dos projetos, pois abordaram assuntos como:



produção do espaço, políticas urbanas, direito à cidade, projetos de urbanização, infraestrutura e meio ambiente, planejamento e projeto de arquitetura, urbanismo e engenharia e metodologias e técnicas para projetos participativos.

Partindo para a segunda etapa, as residentes basearam-se na análise, necessidade e potencialidades para a prática da ATHIS em uma cidade de médio porte como Pelotas, chegando então ao Bairro Pestano, um loteamento público, em zona periférica, com uma comunidade desarticulada, sem lideranças, com infraestrutura precária e com um Projeto de Qualificação Física e Social em andamento. Um segundo projeto é desenvolvido junto com a Aldeia Kaingang Gyró, em área rural, com terras doadas a essa comunidade indígena, que necessitava de assessoria para sua reestruturação física. Essa etapa, a mais longa do processo, ocorreu entre os meses de março e setembro de 2018, e foi acompanhada através de três seminários internos, ocorridos por meio de apresentação à distância, debatidos e auxiliados, tanto pelos professores da nucleação (PROGRAU/UFPEL) quanto pelos professores do quadro permanente da RAU+E (UFBA), que assessoraram no processo e nos projetos que então seriam desenvolvidos.

A finalização do curso ocorreu com a elaboração dos anteprojetos, que foram estruturados de forma participativa com as respectivas comunidades, e apresentados em novembro para a banca final. Em cumprimento à prática profissional e à assessoria, estes anteprojetos foram posteriormente reapresentados às comunidades e entregues às mesmas, como um instrumento de luta e reivindicação junto ao poder municipal por melhorias coletivas. Uma segunda turma de alunos foi oferecida em 2020, com duas vagas. A crise sanitária da COVID traz um desafio a mais aos alunos, que interrompem o semestre iniciado presencialmente em Salvador e retornam a Pelotas. As aulas passam a ser remotas e a escolha da área para o trabalho prático dos resistentes se origina da familiaridade dos alunos com a região portuária e com a oportunidade de trabalho com outra comunidade ameaçada pelo avanço do mercado imobiliário de alta renda, já assessorada pelo Curso de Antropologia da UFPEL, é desenvolvido em processo participativo, entre 2020 e 2021, o "Plano Popular do Corredor das Tropas, um contra-projeto para o Passo dos Negros/ Pelotas/RS". No final de 2022 a FAURB UFPEL vive um impasse em relação a implantação de uma Residência em ATHIS de forma autônoma. Professores comprometidos com o tema do acesso à habitação e à cidade se aposentaram ou seguiram novos caminhos, e o corpo docente da pós-graduação estava totalmente envolvido com a implantação do futuro Doutorado. Entendemos que é necessário um corpo mínimo que conduza a construção da Residência e a FAURB terá que dar lugar e tempo para essa composição.

4. Construção da Residência na UFSC

No ano de 2023 a experiência anterior em extensão, bem como a participação na coordenação da Residência Associada à RAU+E da UFBA junto à UFPEL possibilitou a construção de uma proposta de Pós-doutorado junto ao PósArq, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da UFSC.

Foi desenvolvido o projeto "Capacitação em Assessorias Técnicas Inclusivas: acesso à Habitação e à Cidade através de Programas de Residências", e no mês de início do I semestre letivo de 2023, foi realizado uma primeira reunião expondo os objetivos do pós-doutorado e o convite para a participação no processo de projeto de uma Residência em ATHIS para a UFSC. Dos conteúdos desta reunião foi efetuada a proposta de grupos de trabalho dos professores com o apoio dos alunos do PET do curso de arquitetura. Os alunos ficaram responsáveis de efetuar a coleta de material



para embasamento das propostas de cada grupo de trabalho. Muitos destes dados eram a sistematização de dados das ações cotidianas do curso de AU da UFSC, como a identificação de parcerias já estabelecidas com os demais cursos da universidade, ou a relação dos projetos de extensão em curso ou em fase de relacionamento com as comunidades. Outros dados estavam relacionados com o marco teórico conceitual que deveria orientar a proposta da futura Residência, ou dados de processos administrativos internos da UFSC. A proposta de organização de trabalho é exposta a seguir e entendemos que este roteiro pode ser um fio condutor para os grupos que queiram propor novas residências:

GT 1 - Conceituando a Residência (uni ou multiprofissional, foco na assessoria, foco na assistência, tempo de formação). Proposta de disciplinas de suporte teórico

GT2 - O território de atuação. De onde partimos? Contexto dos projetos de extensão e pesquisa/ação na UFSC relativos ao acesso à habitação e à cidade. Comunidade com que temos interlocução

GT3 - O que devemos oferecer como formação? O que temos para oferecer como formação? Disciplinas. Ementa das disciplinas (inicial)

GT4 - Relação com a graduação – Estágios/ Curricularização da Extensão. Recursos para bolsas, logística (alimentação e transporte), seguros de vida

GT5 - Possíveis parcerias

Dentro da UFSC – outros cursos e departamentos. Exterior à UFSC – sociedade organizada; governos municipais

GT6 - Processo de aprovação na universidade sede. Gestão de recursos. Recursos para bolsas. Logística (alimentação e transporte), seguros de vida. Contatos com fundações e com as pró-reitorias.

Foi simultaneamente realizada pesquisa dos projetos político-pedagógicos das residências em atuação, como a atualização da proposta pioneira da Universidade Federal da Bahia, e as demais residências que se originaram das “nucleadas”, como da Universidade Federal da Paraíba, Universidade Federal do Sergipe e Universidade de Brasília.

Como conclusão desta etapa de entrevistas e de apropriação dos projetos político-pedagógicos, vimos que a experiência anterior de projetos de extensão participativos com as comunidades locais e o contexto onde o curso se insere foram os determinantes da estrutura e conteúdo de cada projeto. Identificamos Residências que trabalham com uma prefeitura, ampliando sua capacidade de resposta às demandas locais, outras em que o diálogo se estabelece diretamente com as entidades representativas das comunidades, outras em que as representações da comunidade tiveram que ser construídas concomitantes à implementação de suas ações de assessoria técnica.

De maio a outubro foi desenvolvida a proposta do curso, aprovado na modalidade de curso de especialização Lato Sensu com a denominação “Residência em Arquitetura e Urbanismo-Especialização”, na modalidade presencial, a ser ofertado pelo Departamento de Arquitetura e Urbanismo do Centro Tecnológico da UFSC.

Em julho de 2023 recebemos o contato da Secretaria Nacional das Periferias do Ministério das Cidades, propondo a participação da Residência Associada da UFPEL num projeto-piloto com o programa “Periferia Viva”. Na impossibilidade de realizar a parceria com a FAURB/UFPEL pela não implantação da Residência na mesma, foi realizada a proposta para a Secretaria da Periferias de levar a parceria para a UFSC, desde que estivesse aprovado a sua Residência até a data da assinatura da TED do Programa (Termo de Execução descentralizada).

O projeto piloto com as Residências nas Universidades Federais foi pactuado com as Universidades Federais de Santa Catarina, Sergipe, Paraíba, Brasília e Bahia (UFSC,



UFS, UFPB, UNB, UFBA). Entendemos esse piloto como o início de uma política pública de Residências voltadas à assessoria/ assistência técnica às comunidades periféricas do país.

4.1. Breve histórico

A UFSC, enquanto maior instituição de ensino do estado de Santa Catarina, contribui há décadas para o desenvolvimento social, sob a égide da inclusão, autonomia e pluralidade. Participa dessa trajetória desde 1979, o Departamento de Arquitetura e Urbanismo – ARQ atuou e ainda atua na formação de excelência de arquitetos e urbanistas comprometidos socialmente, além de aplicar ações de ensino, pesquisa e extensão que impactam na prática profissional, na construção cidadã e na mitigação dos ônus da desigualdade social brasileira, sobretudo na segregação socioespacial. Na construção da proposta da UFSC destacamos a importância dos antecedentes à essa proposta: sua tradição extensionista com as comunidades em situação de fragilidade socioambiental, seu histórico de iniciativas para o planejamento de uma futura Residência.

No mês de março de 2020, o evento Seminário de Residência em Arquitetura e Urbanismo realizado nas dependências do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da UFSC, que contou com apoio do CAU/SC e da GRANFPOLIS, foi um marco na trajetória na UFSC em busca da concretização da Residência. A bagagem acumulada no Seminário e demais experiências e debates, ajudaram a pavimentar o caminho até este momento de criação do curso de Especialização/Residência.

No seguimento deste seminário foi elaborada a proposta que foi uma das principais bases para o PPC da Residência da UFSC. O Curso de Especialização em Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social - ATHIS, e mais os Módulos em ATHIS para técnicos municipais da GRANFPOLIS deveria ter suas atividades iniciadas em março de 2021. Entretanto foi suspenso pela ocorrência da pandemia COVID19.

Os ano de 2022 foi de retomada das atividades presenciais das universidades e continuidade das ações extensionistas, sem a apresentação de nova proposta de especialização em ATHIS, que seria retomada em 2023, com o processo de construção do novo projeto de Residência.

O curso de especialização é, portanto, uma construção coletiva, com a participação de docentes e discentes da graduação e pós-graduação, como também da integração de importantes instâncias da UFSC, como o Departamento de Arquitetura e Urbanismo; Curso de Arquitetura e Urbanismo; Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo; Ateliê Modelo de Arquitetura – AMA; Programa de Educação Tutorial – PET/ARQ; Laboratório de Urbanismo – LabURB; Laboratório de Projetos – LabPROJ.

4.2. A proposta da Residência

A ideia de Residência em Arquitetura e Urbanismo representa uma possibilidade de percurso de formação profissional na linha do que ocorre nos cursos de medicina: um tipo de treinamento em serviço. A Residência seria uma forma de aprendizado de natureza metodológica distinta, centrada não na transmissão passiva e descontextualizada de conteúdo, mas no aprendizado recíproco e no conhecimento forjado na prática, na vivência e no trabalho. Significa, portanto, uma trajetória de formação em alternância, onde os problemas vivenciados em uma realidade específica alimentam a geração da reflexão crítica na universidade, de forma a produzir conhecimento e engendrar profissionais para uma aplicação contextualizada deste conhecimento, métodos e instrumentos^[20].



4.2. Objetivo geral da Residência

Qualificar, pela pós-graduação Lato Sensu, profissionais de Arquitetura e Urbanismo, Engenharia e Geografia, buscando complementar suas formações profissionais, a partir de uma metodologia participativa e integrada, com enfoque nas demandas sociais relativas ao direito à habitação e a cidade, sendo desenvolvida em atividades integradas de ensino, pesquisa e extensão, articulando as dimensões histórica, cultural e simbólica, para atuação na Assessoria Técnica em Habitação de Interesse Social – ATHIS. A ATHIS é aqui compreendida de modo amplo, com a qualificação das moradias associada à regularização fundiária, provisão de infraestruturas, equipamentos coletivos e espaços livres, que venham trazer melhorias para o lugar de vida das populações de baixa renda, buscando desencadear um efeito sistêmico sobre os territórios de atuação, possibilitando a criação de espaços catalisadores de oportunidades de geração de emprego, renda e emancipação comunitária.

4.3. Metodologia e estrutura das disciplinas

Ao longo do desenvolvimento das atividades do curso de Especialização- Residência em Arquitetura e Urbanismo serão trabalhados os conceitos e conhecimentos plenos e desenvolvidas atividades de campo para a formação de profissionais inseridos na lógica da Assessoria Técnica em Habitação de Interesse Social - ATHIS. O curso está organizado no regime de alternância, com tempos/espaços distintos de estudo coletivo, estudo individual e reflexão/aplicação dos conteúdos trabalhados, assim denominados como Tempo Universidade (TU) e Tempo Comunidade (TC). As disciplinas são divididas em módulos no decorrer dos dois semestres letivos, em que são abordados diferentes temas que compõem o conteúdo programático do curso.

Os encontros de 12 horas semanais são realizados às sexta-feira das 14h às 18h e sábados das 8h às 12h e das 14h às 18h. As disciplinas ocorrerão entre março de 2024 e dezembro de 2024, com 352 horas de aulas presenciais (TC) e 80 horas de campo (TC), de atividades de extensão, em disciplinas obrigatórias (totalizando 432 horas).

As atividades de extensão baseiam-se em estudos vinculados às disciplinas e na interação com a comunidade residente na área de estudo. A reflexão e aplicação dos conteúdos estudados nas aulas e práticas de campo devem ser articulados durante o transcorrer do curso para o desenvolvimento e elaboração dos Trabalhos de Conclusão de Curso - TCCs, que serão apresentados em dezembro de 2024.

Os encontros são presenciais e tem a coordenação dos professores responsáveis pelas disciplinas. As aulas estão sendo ministradas no prédio da Arquitetura CTC, Campus Trindade, com atividades complementares nos Laboratórios de Projeto e de Urbanismo - LabProj e LabUrb. As práticas de campo estão sendo realizadas na região metropolitana de Florianópolis, na comunidade Frei Damião.

Há também uma disciplina optativa de 540 horas, sendo 432 de campo (TC) e 108 horas (TU) em aulas presenciais, com atividades de 18 horas semanais, de segunda à quinta-feira, durante 15 semanas em cada semestre.

A proposta foi construída com a hipótese de se efetuar a parceria com o Programa Periferia Viva da Secretaria das Periferias do MCidades, com alunos bolsistas e uma maior carga horária (a disciplina optativa de 540 horas), mas também de poder ser oferecida somente no modo de menor carga horária, caso a parceria com o Periferia não se concretizasse até o início do curso.

4.4. Território de ação: Comunidade Frei Damião

Frei Damião é uma comunidade situada no município de Palhoça, vizinha aos bairros do Brejaú e do empreendimento Pedra Branca, destinado a alta e média renda, e se consolidou como uma das maiores comunidades da grande Florianópolis, capital do Estado de Santa Catarina. Segundo dados preliminares da Unidade Básica de Saúde, tem hoje uma população de cerca de 14 mil habitantes, com um crescimento e densificação acelerados nos últimos anos. Palhoça ocupa a 24 posição entre as cidades de médio porte do país.

A comunidade tem recebido investimentos e melhorias nos últimos anos, mas no entanto, ainda estão presentes baixos indicadores de acesso à renda, educação, saúde, bem como alta proporção de famílias caracterizadas como de pobreza e a extrema pobreza. São também marcantes as dificuldades de acesso à moradia adequada, à infraestrutura urbana básica, aos serviços e equipamentos comunitários públicos. Se por um lado a comunidade possui baixos indicadores socioeconômicos e de qualidade de vida, por outro é também portadora de saberes, memórias coletivas, práticas culturais, lugares representativos e iniciativas locais (Fig. 1).



Figura 1: Vista aérea da comunidade Frei Damião e Palhoça apresenta o adensamento e ocupação do solo. Fonte: Site da Residência - <https://athis.ufsc.br>

5. Programa Periferia Viva

O Programa Periferia-Viva é uma ação do Ministério das Cidades, por meio da Secretaria Nacional de Periferias, e busca impulsionar o desenvolvimento dos territórios periféricos, com impacto direto sobre cerca de 16 milhões de moradores.

Ao todo, o Brasil tem hoje 11.403 favelas, o que simboliza um total de 6,6 milhões de domicílios periféricos, segundo a prévia dos dados do Censo de 2022. No entanto, o projeto deve extrapolar as fronteiras desses territórios e, com isso, pode chegar a outros 10 milhões de domicílios, com mais de 36 milhões de habitantes.



Conforme o site do Ministério das Cidades, o objetivo do programa é criar novas políticas públicas voltadas à saúde, educação, moradia, segurança, segurança alimentar e lazer, e integrá-las aos recursos já criados pelos próprios moradores através de associações de bairro e movimentos sociais.

O Programa Periferia Viva busca solucionar desafios importantes dos últimos ciclos de muito investimento em grandes obras de infraestrutura urbana integrada. Esses desafios envolvem: a) os contratos de longa duração, próprios das intervenções; b) o fato de as prefeituras receptoras dos recursos federais e proponentes das ações terem uma capacidade institucional limitada; c) os desafios impostos para o controle social nessas grandes operações; e d) as dificuldades para integrar as diferentes dimensões da vida urbana nos projetos propostos.

Para tanto, ampliou-se o escopo da urbanização de favelas, agora pensada não somente a partir das obras, mas também a partir da integração das políticas públicas que estão relacionadas ao conjunto de necessidades dos territórios periféricos. Além disso, esse novo desenho considera as potências locais, ou seja, as práticas e iniciativas que já existem nas periferias das cidades, vistas como elementos potencializadores da atuação estatal. O Programa Periferia Viva é, portanto, um programa que tem o objetivo de integrar ações do Governo Federal, melhorar condições de vida, de acesso a bens e serviços públicos e oportunizar a inclusão social e econômica nas periferias das cidades brasileiras.

Vale lembrar que o Periferia Viva está inserido no Novo Programa de Aceleração do Crescimento (Novo PAC), por meio da ação “Periferia Viva – Urbanização de Favelas”. A Secretaria espera fomentar os projetos já existentes e criar novas políticas públicas a partir de quatro grandes eixos integrados:

1. Infraestrutura urbana;
2. Equipamentos sociais: espaços de segurança pública, educação, etc;
3. Fortalecimento comunitário: reforço em ações locais que já produzem bons resultados;
4. Inovação e oportunidades: fomento de emprego e renda.

O Convênio Periferia Viva com as Residências disponibilizou bolsas para 20 residentes pelo período de 2 anos e contempla também recursos para desenvolver: (a) plano para o território periférico; (b) projeto básico necessário para a intervenção de urbanização do assentamento precário; e (c) micro intervenção para execução de urbanismo tático. Os projetos executivos serão terceirizados e entregues para o poder municipal solicitar recursos para o PAC – Programa de Aceleração do Crescimento para sua efetivação. Cada universidade participante tem autonomia para o desenvolvimento de seu projeto político-pedagógico, pressuposto necessário frente a suas trajetórias e a diversidade e dimensão territorial do país (Fig. 2)

O projeto deve atuar em todos os estados. Em um primeiro momento, com foco na população mais vulnerável. Depois, atendendo toda a população periférica. Além disso, para dar conta da complexidade das ações, a secretaria já garantiu o apoio de vinte ministérios, entre eles Casa Civil, Educação, Saúde, Trabalho e Ciência e Tecnologia.

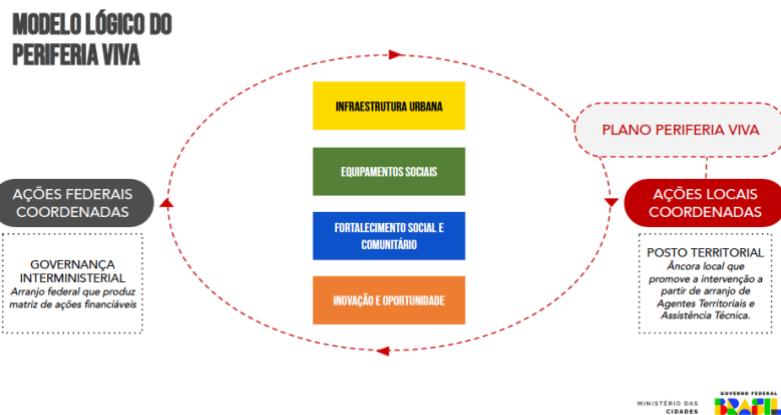


Figura 2: Modelo lógico do Periferia Viva. Fonte: Apresentação Programa Periferia Viva, 2023.

Para atuar conciliando as ações de atendimento ao Periferia Viva e ao Projeto Político Pedagógico da Residência, foram concebidas 5 frentes de ação no território. Os alunos têm os conteúdos da residência desenvolvidos nas sextas e sábado e os alunos bolsistas atuam nas cinco frentes de ação sobre o território durante um turno quatro vezes na semana.

5.1. Atividades e atribuições das frentes

As cinco Frentes de Trabalho são compostas, de modo geral, por um professor coordenador, um professor/técnico subcoordenador, um profissional técnico supervisor, um bolsista da pós-graduação, quatro bolsistas residentes, um residente não-bolsista e um bolsista da graduação.

Frente Equipamentos comunitários:

Desenvolver uma rede de equipamentos comunitários de uso público, no contexto do Projeto de Urbanização, a ser realizada em conjunto com as demais Frentes. Executar e/ou coordenar o desenvolvimento de projetos completos de arquitetura e complementares dos equipamentos comunitários e serviços como: educação, cultura, formação, saúde, serviços sociais, recreação e esportes, segurança etc., segundo as demandas comunitárias, de maneira embasada, participativa, com responsabilidade social e ambiental, contando com apoio de parceiros internos e externos.

Frente Habitação:

Estabelecer relação entre saúde e habitação na Frei Damião, vinculadas com as consequências da precariedade habitacional. Desenvolver estudos, critérios e soluções projetuais de intervenções construtivas com o objetivo de promover melhores condições de habitabilidade das moradias existentes, com base na utilização de metodologias participativas com a comunidade e as entidades que atuam no território. Levantar dados sobre a carência de banheiros nas residências existentes e desenvolver soluções projetuais específicas. Levantar dados do CadÚnico e do cadastro de famílias para o Programa Minha Casa Minha Vida - MCMV. Analisar possibilidades de aplicação da política habitacional no território da Frei Damião, a partir de instrumentos como Fundo de Habitação, aluguel social, MCMV, entre outros. Desenvolver projetos de Habitação de Interesse Social.

Frente Intervenções: Contribuir nos projetos e atividades das demais Frentes.

Organizar e executar atividades práticas, artísticas e culturais com a comunidade, de modo a promover uma



relação de colaboração e co-criação entre os membros da Residência ATHIS/UFSC e os moradores locais. Estimular as práticas de formação e de canteiro de obras entre os estudantes da Residência ATHIS/UFSC e a comunidade.

Frente Território:

Estabelecer a articulação com os agentes locais, efetuar levantamentos sócio comunitários de modo a aprofundar o conhecimento sobre a população local – demografia, trabalho e renda, lideranças, organizações comunitárias, espaços simbólicos, práticas cotidianas, religiosidade, festividades, laços de vizinhança, história do lugar, grupos étnicos e tradicionais, grupos etários e pessoas com necessidades especiais etc. Coordenar a aplicação de questionários e entrevistas, auxiliar na interface das demais Frentes com a comunidade e na interlocução com parceiros externos e redes que contribuam com os princípios, projetos, pesquisas e produtos da Residência.

Frente Urbanização:

Realizar leitura técnica, ambiental e comunitária do território, por meio de levantamentos físicos territoriais (da infraestrutura urbana, dos espaços públicos, dos equipamentos comunitários, das áreas verdes e cursos d'água, da organização fundiária, do mobiliário urbano etc.) e elaboração de cartografia temática e sensível, identificando características, potencialidades e carências. Compreender a dinâmica sócio espacial interna da Frei Damião e sua relação com o entorno e a cidade. Analisar as transformações, a paisagem e a percepção urbana, a morfologia e a estrutura urbana, a mobilidade, as práticas de uso e ocupação do solo, a ocupação dos lotes, as relações entre espaços públicos e privados. Estabelecer diálogo e parceria com a Prefeitura municipal e demais agentes produtores do espaço territorial. Promover o planejamento territorial participativo. Desenvolver propostas, planos e projetos de qualificação urbana para o território da Frei Damião, com responsabilidade social e ambiental, em colaboração com as demais Frentes.

Esta estrutura das ações está sendo avaliada pela comunidade acadêmica e pela comunidade de Frei Damião após o encerramento deste primeiro semestre da Residência ATHIS/UFSC. Como experiência de uma nova lógica de ação sobre o território das periferias brasileira e como uma nova lógica de ensino para egressos dos profissionais do ambiente construído,

6. Novas possibilidades, ou o mundo gira (à guisa de conclusão)

Se a experiência prévia da Residência Associada da FAURB com a UFBA permitiu contribuir com a construção da Residência em ATHIS da UFSC, agora é esta que está contribuindo para o projeto Integrado de Pesquisa, Ensino e Extensão da UFPEL para atendimento às demandas municipais criadas pela emergência climática. Em maio de 2024 fortes temporais se abateram sobre o estado do Rio Grande do sul. De acordo com a Defesa Civil do Rio Grande do sul, dos 497 municípios do estado 471 foram afetados e com isso 615 mil pessoas tiveram que abandonar suas moradias, sendo que 77,4 mil foram encaminhadas para abrigos públicos e privados e 538,2 mil ficaram desalojados (em casa de parentes ou amigos). O número de pessoas fora de casa no Rio Grande Sul chegou a ser superior à população de oito capitais brasileiras. As inundações superaram o recorde da cota de enchentes ocorrido 40 anos atrás. Como na maior parte do estado, foram as populações de menor renda as mais atingidas também no município de Pelotas, sede da Universidade Federal de Pelotas. Está em construção um Projeto Unificado, reunindo extensão, pesquisa e ensino para ações emergenciais de suporte para a população atingida. A lógica de montagem das frentes



de trabalho e as ações de ensino presentes no projeto tem inspiração direta na parceria da Periferia Viva com o curso de especialização / Residência da UFSC. O projeto poderá ser a semente para uma próxima residência em ATHIS, com um caráter transdisciplinar, a ser sediada pela UFPEL. O saber se expande e se multiplica ... e este pode ser o novo papel da Universidade, com a extensão efetuando um profundo vínculo com a realidade da sociedade brasileira.

O contexto sócio espacial das cidades brasileiras é marcado pela desigualdade, com profundas diferenças de classe, étnicas e de gênero. É urgente uma visão crítica e comprometida para o exercício profissional em Arquitetura e Urbanismo, em diálogo com as demais disciplinas das Ciências Sociais, Exatas e da área da Saúde. Torna-se igualmente evidente a urgência de que a universidade reconheça sua responsabilidade em potencializar práticas profissionais mais abertas e participativas, construídas em perspectiva coletiva e direcionadas à realidade onde são aplicadas. Uma forma de exercer essa responsabilidade é oferecer uma residência multiprofissional, com o olhar integrado para a realidade social, respondendo para as questões ambientais, de saúde e qualidade de vida e de desigualdade.

Ainda é cedo para uma avaliação deste processo de parceria entre as Universidades e o Estado, se este será o caminho para o estabelecimento de uma política pública de assistência e assessoria técnica para as comunidades de fragilidade sócio ambiental.

Mas essa é uma das críticas que já é possível efetuar: o modelo das Residências pode ser bom para o ensino, mas não é um modelo a ser replicado pelas prefeituras, pela sua complexidade. Residência é para formação de profissionais e que irão atuar direta ou indiretamente através das prefeituras, mas apenas naquelas que tenham implementado um programa de ATHIS, com recursos definidos no orçamento e talvez agilizado um fundo habitacional e de urbanização.

Mas algumas reflexões já se fazem possíveis. 1. As residências nucleadas e a rede de residências que se formou espontaneamente são importantes propulsoras para implementações de novas residências. A importância dos programas de Pós-doutorado, de Professor Visitante para o intercâmbio de saberes entre as instituições de ensino superior; 2. As residências ocorrem onde há experiência prévia de extensão universitária na graduação (e na pós recentemente), o que mostra a importância dos editais de apoio à extensão, que tiveram um histórico recente de interrupção, com graves prejuízos para as ações extensionistas nas universidades; 3. Os professores da Residência têm a prática da extensão, não são necessariamente os da pós-graduação. Os critérios de pertencimento aos corpos docentes das universidades nos últimos anos são de um perfil acadêmico de pesquisadores, com a valorização dos altos escores de pontuação em artigos em periódicos, majoritariamente internacionais. Temos que valorizar a experiência prática, a vivência do cotidiano junto aos processos de seleção de novos docentes, inovando nas possíveis modalidades de seu pertencimento ao corpo da universidade; 4. a experiência piloto do Periferia Viva mostra a necessidade de capacitar as equipes municipais para poder conceber projetos na lógica do Programa. Com o desmonte do Ministério das Cidades pelos governos neoliberais, tivemos o esvaziamento da capacidade técnica dos municípios e as Residências cumprem esse papel de qualificar corpo técnico capaz de atuar em programas como o Periferia Viva. Cabe ao Governo destinar os recursos para o PAC executar os planos e projetos produzidos pelos programas de Residências e a serem entregues para as prefeituras municipais. Aí o ciclo virtuoso se completa.



Referência final

Este artigo foi realizado especificamente para o 5.º CIHEL e autorizamos a sua publicação nas respectivas atas do congresso.

Referências Bibliográficas

- [1] CARDOSO, Fernanda Simon; CARVALHO, Caio Santo Amore. **Assessoria e assistência técnica para habitação de interesse social no Brasil** In: Las ciencias sociales y la edificación de una sociedad post-capitalista. Barcelona. Editora Universidad de Barcelona/Geocrítica. Julho 2018.
- [2] **Ensaios e discussões sobre o déficit habitacional no Brasil** / organizado por Eleonora Cruz Santos. – Belo Horizonte : Fundação João Pinheiro, 2022.
- [3] TAMIETTI, Gabriel. 26 milhões de domicílios urbanos brasileiros apresentam algum tipo de inadequação. **FJP**, [S. l.], 7 maio 2024. Disponível em: <https://fjp.mg.gov.br/26-milhoes-de-domicilios-urbanos-brasileiros-apresentam-algum-tipo-de-inadequacao/#:~:text=Dados%20da%20pesquisa%20Déficit%20Habitacional,menos%20algum%20tipo%20de%20inadequação>. Acesso em: 28 jun. 2024.
- [4] GOULART, Fabrício. Em 2019, 68,7% do déficit habitacional no Brasil foi representado por pessoas pretas e pardas, aponta pesquisa. **FJP**, [S. l.], 29 jan. 2024. Disponível em: <https://fjp.mg.gov.br/em-2019-687-do-deficit-habitacional-no-brasil-foi-representado-por-pessoas-pretas-e-pardas-aponta-pesquisa/#:~:text=Inadequação%20de%20domicílios%20urbanos%20~%20O,inexistência%20de%20banheiro%20exclusivo%2C%20número>. Acesso em: 27 jun. 2024.
- [5] FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Diretoria de Estatística e Informações. **Inadequação de domicílios no Brasil 2022** / Fundação João Pinheiro, Diretoria de Estatística e Informações. – Belo Horizonte, 2023.
- [6] FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Déficit habitacional no Brasil 2022** / Fundação João Pinheiro. – Belo Horizonte, 2023. 72 p.: il.
- [7] GOV. **Programa Minha Casa Minha Vida**. [S. l.], 1 jul. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/cidades/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/habitacao/programa-minha-casa-minha-vida>. Acesso em: 2 jul. 2024.
- [8] SENADO. Agência Senado. Minha Casa Minha Vida não reduziu deficit habitacional, afirma estudo. **ABC Habitação**, [S. l.], 20 fev. 2018. Disponível em: <https://abc.habitacao.org.br/minha-casa-minha-vida-nao-reduziu-deficit-habitacional-afirma-estudo/>. Acesso em: 1 jul. 2024.
- [9] TONELLA, Celene. **Políticas urbanas no Brasil: marcos legais, sujeitos e instituições**. Revista Sociedade e Estado. Vol. 28. N°1. 2013. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/se/a/bJXnyw9HzBzJb3nR6gx8CJ/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 05 jun. 2024.
- [10] INSTITUTO DE ARQUITETOS DO BRASIL (RS). **Manual para a Implantação da assistência Técnica Pública e Gratuita a Famílias de Baixa Renda para projeto e Construção de Habitação de Interesse Social**. Porto Alegre: Editora Tecnodata, 2010. Disponível em: . Acesso em: 24 nov. 2016.
- [11] BRASIL. **Lei nº 10257, de 10 de julho de 2001**. Estabelece normas de ordem pública e interesse social que regulam o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos, bem como do equilíbrio ambiental. [S. l.], 2001. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10257.htm. Acesso em: 25 jun. 2024.
- [12] DOS SANTOS, Luisa de Azevedo. **Aplicabilidades da Assistência Técnica: um estudo das diferentes modalidades de aplicação da Lei 11.888/2008 no contexto atual (2017-2018)**. 2019. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Universidade Federal de Pelotas. Pelotas. 2019.
- [13] BRASIL. **Lei nº 11.888, de 24 de dezembro de 2008**. Assegura às famílias de baixa renda assistência técnica pública e gratuita para o projeto e a construção de habitação de



interesse social e altera a Lei no 11.124, de 16 de junho de 2005. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11888.htm. Acesso em: 02 de abril de 2024.

[14] BONDUKI, Nabil. **Origens da habitação social no Brasil**. 7ª ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2017

[15] RITTER, Carolina. **Espaço arquitetônico e urbanístico nas cooperativas habitacionais uruguaias: Complexo Habitacional Bulevar Artigas e Zona 1 do Complexo Habitacional José Pedro Varela**. 2019. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2019.

[16] BARROS, Mariana Cicuto. **Assessorias técnicas no processo autogestionário - possibilidades de atuação**. Revista Risco, n. 17, p. 81-92, 2013. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/risco/article/view/83048/86092>>. Acesso em: 01 jul. 2024.

[17] GORDILHO SOUZA, ANGELA. **Residência em Arquitetura, Urbanismo e Engenharia: implantação de um programa em ensino, pesquisa e extensão na UFBA**. In: XVII ENANPUR, São Paulo. Anais XVII Enampur. 2017. Disponível em: . Acesso em: 05 set. 2019.

[18] GORDILHO SOUZA, ANGELA. **Residências acadêmicas em arquitetura e urbanismo: projetos em movimento para ensino-pesquisa-extensão na pós-graduação**. ANPARQ. Rio de Janeiro. 2020. Disponível em: file:///C:/Users/USUARIO/Downloads/pesquisa-projeto-e-extensao-pos-graduacao-arquitetura-urbanismo.pdf. Acesso em 05 jul. 2024.

[19] RESIDÊNCIA AUE UFBA. [S. I.]. Disponível em: <https://residencia-aue.ufba.br/pt-br/objetivos>. Acesso em: 30 jun. 2024.

[20] PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO. **Universidade Federal de Santa Catarina. Residência em Arquitetura e Urbanismo- Especialização**. AU/UFSC.2023

Notas Biográficas

Nirce Saffer Medvedovski:

Professora Titular da Universidade Federal de Pelotas (1980 - atual), atuando no curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo e no Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo (PROGRAU). Bolsista em Produtividade em Desenvolvimento Tecnológico e Extensão Inovadora – DT. Professora Nucleada da Especialização Assistência Técnica em Habitação e Direito à Cidade - PPGAU/UFBA. Desenvolve projetos de pesquisa, ensino e extensão junto ao NAURB (FAUrb/UFPel), nos temas: HIS, requalificação e regularização urbana, gestão condominial, Avaliação Pós-Ocupação, processos participativos, relações ambiente e comportamento, tecnologias de informação aplicadas a tecnologias sociais. Coordena o Projeto de Extensão: Qualificação Urbana Participativa, no Programa Vizinhança da UFPEL, desde 2009. Pesquisadora no projeto institucional CAPES PRINT/ UFPEL. Professora colaboradora do Curso Lato Sensu denominado “Residência em Arquitetura e Urbanismo - Especialização” da Universidade Federal de Santa Catarina. Pós Doutoranda junto ao PósArq/ UFSC período Fev.2023 – Fev. 2024.

Maria Inês Sugai

Arquiteta e Urbanista, graduada pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU-USP), Brasil, instituição onde obteve o título de Doutora e de Mestre em Arquitetura e Urbanismo. Desde 1979 é docente da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), onde é Professora Associada e leciona no Curso de Graduação em Arquitetura e Urbanismo, no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (PósArq), no Curso de Especialização em Residência em Arquitetura e Urbanismo (ATHIS), orientando estudantes de graduação, mestrado e doutorado. Lecionou no PGAU-Cidade/UFSC (Programa de Pós-Graduação em



Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade/UFSC), onde foi Coordenadora (2010-2012) e Subcoordenadora (2004-2006), Foi Subchefe do Departamento de Arquitetura e Urbanismo (2004-2005) e membro da Câmara de Ensino de Graduação da UFSC (2004-2006). Atua em pesquisas, projetos de extensão e consultoria nos seguintes temas: habitação de interesse social, informalidade urbana, urbanização de favelas, segregação socioespacial e planejamento urbano.

Samuel Steiner dos Santos:

Professor do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da UFSC - ARQ/UFSC. Coordenador do Laboratório de Urbanismo. Coordenador do Curso de Especialização em AT HIS/UFSC. Mestre e Doutor em Geografia, na área de Desenvolvimento Regional e Urbano pela UFSC. Graduado em Arquitetura e Urbanismo pela UFSC, 2005. Mestre em Urbanismo pelo Institut Urbanisme de Grenoble - IUG, na especialidade Urbanisme, Habitat et Coopération Internationale - UHCI, 2010. Integrante do Laboratório Cidade e Sociedade, do Departamento de Geociências da UFSC. Integrante do Grupo de Pesquisa "Urbanidades: Forma Urbana e Processos Socioespaciais. Atua nas áreas de Urbanismo e Geografia Urbana, com ênfase nos temas: planejamento urbano, políticas habitacionais, projeto urbano, urbanismo e participação popular.

Luísa de Azevedo dos Santos:

Arquiteta e urbanista formada pela Universidade Federal de Pelotas (2014). Especialista em Habitação Social e Direito à Cidade pela Universidade Federal da Bahia, Nucleação de Pelotas (2018). Mestre em Arquitetura e Urbanismo (PROGRAU-UFPel) (2019). Tem experiência na área de Arquitetura e Urbanismo, com ênfase em Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social participando de pesquisas e ações que incluem percepção e avaliação do ambiente pelo usuário, HIS, processos participativos, requalificação e regularização urbana e edilícia e bioconstrução. Atua como profissional autônoma no Escritório de Arquitetura e Urbanismo denominado Gracia Arquitetura na cidade de Pelotas/RS desde 2014. Foi professora substituta no Curso Técnico de Edificações no Instituto Federal Sul-rio-grandense (2021-2023), colaboradora no Escritório Modelo do Curso de Edificações (EMEDI). Atualmente professora substituta na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo - UFPEL desde junho de 2023, colaboradora do NAURB e coordenadora do Escritório Modelo de Arquitetura e Urbanismo João Bem (EMAU).

Luana Helena Loureiro Alves dos Santos:

Arquiteta e Urbanista formada pela Universidade Federal de Pelotas (2023), atualmente cursa o mestrado em Arquitetura e Urbanismo pelo PROGRAU - UFPel. Desde 2018, colabora com o Núcleo de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo (NAURB) da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Seus principais interesses de pesquisa incluem Percepção e Avaliação do Ambiente pelo Usuário, Urbanismo Contemporâneo e Habitação de Interesse Social. Atua como Gerente de Projetos no Escritório de Arquitetura Domi House na cidade de Pelotas/RS.